

Intervenção proferida pelo Deputado Aires Reis, em Fevereiro de 2007 sobre a necessidade de Regulamentação do Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Srs. Membros do Governo.

O assunto que vos trago já não é novidade para nenhum dos Senhores Deputados. A comunicação social já escreveu dezenas ou até mesmo centenas de páginas sobre ele. Há mais de dez anos que o PSD anda a falar deste tema, e há outros tantos anos que as vozes do PS se silenciaram sobre esta matéria. O próprio Governo Regional deve andar muito embaraçado por nunca ter tratado deste assunto.

Mas, mesmo correndo o risco de ninguém querer discuti-lo, não ficaria bem comigo mesmo se chegasse à conclusão de que, com o meu silêncio, estava a contribuir para protelar ainda mais a sua solução.

Vamos então novamente falar sobre ele, uma vez que já se passaram dez anos – repito, uma década – desde que, pela primeira vez intervim nesta Assembleia, exactamente sobre a necessidade do Governo Regional regulamentar o Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre.

Tratava-se, na altura, tal como agora, de uma preocupação que tinha como fundamento definir muito bem o “dono” de cada um dos caminhos agrícolas que temos nos Açores.

Mas a verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que, passados tantos anos, o Governo Regional não conseguiu ainda completar este trabalho e os Caminhos Agrícolas continuam “sem dono”, e os lavradores sem saberem, em cada momento, a que porta devem bater.

Não queremos sequer pensar que o Governo Regional prefere manter esta confusão, de forma propositada, para ir empurrando estas suas competências, bem como o respectivo custo, para outras entidades que não têm essa responsabilidade.

Na verdade, é o sector agrícola que fica a perder e, com ele, os Açores.

A este nível, a nossa região encontra-se desorganizada e confusa. Dá mesmo sinais preocupantes de desmotivação devido a uma política agrícola pouco eficaz, diria mesmo morna, sem objectivos claros e sem determinação, que está a ter consequências negativas na sociedade açoriana.

Pergunto-vos se alguém acha razoável que, em dez anos, ainda não tenha havido tempo para definir a quem pertence cada caminho agrícola, de cada uma das nossas ilhas?

É ou não estranho que o Governo ainda não tenha encontrado um espaço na sua agenda para resolver definitivamente este assunto?

Será que existe alguma região do mundo, em que os seus responsáveis não tenham tempo, no espaço de uma década de governação, de elaborar um documento com uma ou duas dezenas de páginas, que defina a quem pertencem as vias de comunicação, vocacionadas para o seu principal sector produtivo?

Por maior boa vontade que tivéssemos em perceber as razões desta passividade, chegamos sempre à mesma conclusão: estes governos continuam a não dar a atenção necessária à lavoura açoriana.

Os açorianos, e em particular os jorgenses, precisam saber muito concretamente quais os caminhos que competem às autarquias e quais os que são da responsabilidade da Região.

Os açorianos precisam saber, agora mais do que nunca, a que porta devem bater, para que alguns dos caminhos agrícolas, que actualmente se encontram como autênticas ribeiras, sejam reparados, mantidos e pavimentados.

Essa ineficácia, se é consciente, é grave, e repito, porque pretende empurrar as competências da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas para outras entidades que estão mais próximas das pessoas e que, por conseguinte, sofrem maior pressão das populações, como são as autarquias.

Se não é propositada, é igualmente grave, ou seja, essa ineficácia poderá então ser adjectivada de forma diferente.

Ninguém consegue aceitar quaisquer motivos que o Governo impulsivamente tenha a ousadia de utilizar para a justificação deste assunto.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, se são levados a interpretar alguma revolta nestas minhas palavras, poderiam pensar que se trata de uma revolta pessoal, partidária ou até particular. Mas não. Não é assim. A verdade é que, uma vez mais, este problema foi amplamente abordado na última reunião do Conselho de lha, no mês passado, com uma indignação generalizada.

Referia-se, nesta reunião, por exemplo, que no Topo não se vê uma máquina dos Serviços há mais de cinco anos. Argumentava-se também que a maior bacia leiteira da ilha – a daquela zona – possui apenas três funcionários, dos quais, dois deles, estão bastante condicionados por problemas de saúde, ficando muitas vezes, em espaços de tempo consideráveis, apenas um trabalhador ao serviço, para dar conta da manutenção de todos os caminhos.

Pergunto-vos se alguém acha isto razoável? Como pode a Secretaria assegurar a manutenção destes caminhos com este número bastante limitado de recursos humanos?

Salientava-se ainda que, estando a maior cooperativa de lacticínios da ilha sedeada naquela zona, e sendo aquela a maior bacia leiteira da ilha, como se poderia explicar a inexistência de um único metro de caminho agrícola pavimentado com asfalto, para utilização da lavoura, quando a palavra de ordem é a qualidade do queijo de São Jorge.

Por outro lado, às vezes ficamos com a ideia de que o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, à semelhança dos que o antecederam, toma umas posições imponderadas que causam admiração e estranheza junto dos jorgenses.

Veja-se este exemplo:

Como certamente se recordarão, temos sugerido ao Governo, desde que assumimos as funções de representantes dos jorgenses nesta Assembleia, a necessidade de se dar prioridade à pavimentação do troço de caminho entre a Finisterra e a Cancela d'Água, na referida bacia leiteira da zona do Topo.

Temo-lo feito repetidamente desde 1996, por tratar-se de um desejo da lavoura local que é, há muitos anos, reivindicado e consensual.

Qual não foi o nosso espanto quando constatámos que alguns documentos elaborados pelo Governo Regional, referiam como prioridade a pavimentação de um caminho agrícola, que não existe.

De seguida, o Partido Socialista local, apressou-se a copiar esse documento, na tentativa de se fazer passar pelo mentor deste investimento, mas como se limitou apenas a copiar o que estava escrito pelo Governo,

também falhou, fruto do desconhecimento e da permanente vontade de aparecer a todo o custo.

Posteriormente, e depois de terem sido chamados à atenção por diversas entidades, é que perceberam que tinham cometido mais um erro. A partir de aí, começaram então a designar esse tal troço pelo nome correcto, mas, imagine-se, nem assim acertaram no caminho que era desejado pelos lavradores.

Passado então alguns meses, e com a lavoura a reivindicar junto da Associação, e esta, junto da Secretaria, a pavimentação do troço que há dez anos o PSD fala nesta Assembleia – o do Caminho do Pico/Cancela d'Água, então finalmente resolveram alterar os planos e anunciarem que iriam pavimentar um troço deste caminho no corrente ano.

Tantos ziguezagues, senhores Membros do Governo, para aceitarem a proposta do PSD e da lavoura daquela zona. Tantos rodopios, para darem, no fim, a mão à palmatória.

Pergunto apenas porquê? O senhor Secretário não ouve os lavradores? Não quer aceitar as propostas que os Deputados do PSD fazem nesta Assembleia? Não se reúne com a lavoura? Não fala com as pessoas? Não ouve as nossas intervenções? Não lê os pedidos dos autarcas? Não liga às reivindicações dos lavradores? Afinal, Sr. Secretário, o que se passa com a sua Secretaria?

Pessoalmente pareceu-me preocupante esta situação, pois demonstra que algumas decisões de investimentos em São Jorge, podem estar a ser tomadas “de cabeça no ar”, em locais inapropriados, como por exemplo nalgumas sedes partidárias, sem que os assuntos sejam devidamente reflectidos em benefício da comunidade, mas sim influenciados por outros interesses, completamente distintos das necessidades da nossa ilha.

Mas isto não é uma crítica destrutiva, senhores membros do Governo. O que o PSD deseja mesmo é que os senhores não cometam erros destes e que sejam mais eficazes, para bem das nossas comunidades e, se para isso for necessária a nossa colaboração, reafirmo a nossa disponibilidade para o efeito.

No entanto, temos de reconhecer que, dez anos, é tempo demais, para continuarem a cometer erros como estes.

Deixo ao Governo Regional, porque nunca é demais insistir, algumas sugestões que considero importantes.

A qualidade dos Caminhos Agrícolas, em São Jorge, é uma prioridade de topo. Tem importantíssimas implicações sociais e económicas que devem ser ponderadas com maior profundidade do que até agora se tem verificado.

Não restam dúvidas de que os Caminhos Agrícolas estão directamente ligados ao verdadeiro e sustentado desenvolvimento da ilha, tal como o adequado abastecimento de água à lavoura e a respectiva energia eléctrica, ainda muito distantes da lavoura jorgense. São estes os três pilares, ao nível das infra-estruturas, da competitividade agrícola actual.

A motivação pela actividade agrícola está dependente, em grande parte, das condições que se criam. Embora estejamos a verificar, neste momento, um sentimento muito distante daquele que era imprescindível existir. Sentimos que a lavoura não está motivada como era desejável e que esse sentimento tem levado muitas pessoas a emigrar. São verdadeiros sinais de uma sociedade com problemas e sem esperança de dias melhores.

Daqui, à desertificação de algumas das nossas comunidades, vai apenas um pequeno passo, como referi na minha última intervenção nesta Assembleia, no final do ano passado.

Não podemos esperar uma verdadeira motivação por esta actividade enquanto mantivermos as actuais condições, como aquelas que verificamos actualmente em São Jorge e de forma muito particular na zona do Topo.

É urgente promover políticas que reduzam os custos de produção, que permitam uma maior qualidade, e que possibilitem a fixação das nossas populações.

São Jorge depende essencialmente da actividade agrícola e do sector cooperativo, e por isso o Governo Regional tem de estar mais atento, tem de ser mais activo, tem de definir claramente a política que pretende implementar, para que as pessoas percebam muito bem com o que podem contar, para poderem orientar a sua vida.

Uma pergunta muito concreta, ao Senhor Secretário, para terminar: V. Ex.^a vai ou não resolver este assunto, no corrente ano?

Disse.